



Jornal Notícias

05-12-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 60963

Temática: Justiça

Dimensão: 1434 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/16

Procurador investigado por ajudar traficante

Magistrado do Ministério Público suspeito de ter colaborado num plano de fuga da cadeia

Grupo introduzia grandes quantidades de droga no país usando contentores do porto de Sines Pág. 16

Procurador suspeito de ajudar traficante em plano de fuga da cadeia

Magistrado do Tribunal de Execução de Penas de Lisboa é arguido em processo de corrupção. Suspeitas foram levantadas em investigação da Polícia Judiciária sobre traficantes de cocaína



Procurador visado trabalha no Tribunal de Execução de Penas, no Campus da Justiça, em Lisboa

Nelson Morais
 justica@jn.pt

INVESTIGAÇÃO A Polícia Judiciária está a investigar um magistrado do Ministério Público (MP) de Lisboa, num processo de corrupção em que o visado é suspeito de ter ajudado um traficante num plano de fuga da cadeia. Pelos mesmos factos, quatro elementos de um grupo que se dedicava a introduzir cocaína em Portugal já foram acusados de corrupção ativa. Mas a parte relativa ao crime de corrupção passiva, por dizer respeito a um procurador da República, foi separada do inquérito original e continua pendente no MP do Tribunal da Relação de Lisboa.

O procurador sob suspeita, Carlos Figueira, já foi constituído arguido, mas garantiu, ao JN, que está inocente. “Nunca recebi nem pedi nada”, afirmou aquele procurador do Tribunal de Execução de Penas de Lisboa, alegando que só manteve conversas com dois dos arguidos que o MP do Departa-

mento de Investigação e Ação Penal de Sintra acaba de acusar de corrupção ativa, Pedro Baleizão e o advogado Ricardo Alves, “para não ser mal-educado”. O magistrado reconhece que, “para haver corrupção ativa tem de haver corrupção passiva”, mas defende que nem houve uma coisa nem outra.

ESCUTAS COMPROMETEM

O inquérito contra o procurador nasceu, em 2018, de uma certidão extraída de um processo em que o MP de Sintra investigava um grupo que introduzia grandes quantidades de cocaína na Europa, a partir do porto de Sines, em contentores, e que foi agora acusado de tráfico de droga agravado, associação criminosa, branqueamento de capitais, falsificação de documentos e posse de armas proibidas, além de corrupção ativa.

O cabecilha do grupo, Carlos Rocha Gonçalves, foi preso, no final de 2017, para cumprir uma pena de nove anos, relativa a um processo de falsificação de automóveis que

tinha sido investigado por Carlos Figueira. Mas, quando foi preso, Gonçalves já era alvo, desde 2015, da investigação da Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes da PJ sobre o tráfico de droga, que culminou agora na acusação de seis arguidos, incluindo dois advogados e um dirigente sindical de estivadores. E essa investigação incluía escutas telefónicas, onde surgiram as referências ao procurador Carlos Figueira, como alguém a quem teriam sido prometidas “vantagens de expressão pecuniária”, para o mesmo ajudar Gonçalves a “obter saídas precárias” da prisão e a elaborar “requerimentos” visando a revisão da sua pena, aponta o MP de Sintra.

“COMEMOS TODOS”

O plano passava pela garantia de que Gonçalves sairia da cadeia de Alcoentre o mais cedo possível e fugiria para o Brasil. Já tinha documentos falsos que o identificavam como Narciso Carvalho, brasileiro. As interceções telefónicas in-

ESCUTAS

“Quando chegar a ele o MP trata disso”

O plano de fuga de Carlos Gonçalves foi perturbado, em 2018, pela apreensão de uma faca no seu cacifo. As hipóteses de sete dias em isolamento, agravamento da pena ou adiamento de saídas precárias motivaram intensos contactos com Carlos Figueira. Numa sms enviada à mulher do recluso, Pedro Baleizão refere: “Estive com o homem e contei-lhe a situação dos 7 dias, ele disse que amanhã vai a Alcoentre (...), mas diz que isso não é assim pq ele não foi apanhado com aquilo na mão... o advogado tem de interpor [recurso]. E (...) quando chegar a ele MP trata disso” (sic). Ao JN, Figueira diz que não intervinha em processos disciplinares.

cluem trocas de chamadas e mensagens entre o recluso, a sua mulher, Célia Gonçalves, e os também arguidos Pedro Baleizão e Ricardo Alves, nas quais se alude repetidamente à alegada colaboração de Carlos Figueira, com quem, aliás, os dois últimos se encontraram várias vezes, no tribunal onde este trabalhava e num bar noturno. Também há uma escuta em que o próprio Carlos Figueira usa a expressão “comemos todos”. Isto foi interpretado pelo MP como uma referência a “luvas”, mas o procurador diz que se referia mesmo a uma refeição com os outros. A fuga não chegou a concretizar-se.

De resto, o magistrado, que está de baixa médica, alega que não pode ser responsabilizado pelo que os outros diziam sobre ele, acrescentando que, enquanto procurador, não tinha intervenção nem poder de decisão sobre “saídas precárias” da prisão nem sobre o recurso da revisão de pena de Carlos Gonçalves. □

PAUSE NO ROLIM

Pagar em “amêndoas”

Os arguidos falavam entre si com sistemas encriptados, mas a PJ escutou o arguido e advogado Ricardo Alves a sugerir a Célia Gonçalves, mulher do cabecilha, que desse a Carlos Figueira “amêndoas” - o que foi interpretado como dinheiro.

Reunião no tribunal

A 3 de maio de 2018, Carlos Figueira e Ricardo Alves, casado com a advogada do cabecilha dos traficantes, reuniram-se no Tribunal de Execução de Penas. A mulher do líder enviou a este uma sms durante a reunião (“Ele ainda é com proc.”) e outra no final, para dizer que Figueira tinha mostrado “disponibilidade para ajudar e até tinha de ideias”.